



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO Nº 0330931-5 - RECIFE
(1ª VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO)**

RECORRENTE: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: ANA CARLA DE ANDRADE FERRAZ

RECORRIDO: SIRLENE FERREIRA DA SILVA

Advogado: Bruno de Albuquerque Baptista PE019805

RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. CONSOLIDAÇÃO DAS LESÕES QUE O INCAPACITA PARA O TRABALHO QUE HABITUALMENTE EXERCIA. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO MAGISTRADO. AUXÍLIO-ACIDENTE. POSSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Consta na inicial que a autora trabalhava como costureira na empresa Vicunha Têxtil S/A. Como desempenhava atividades repetitivas, ao longo do seu contrato de trabalho, desenvolveu doenças ocupacionais, a saber, sinovite e tenossinovite (CID 10 M 65) e mononeuropatias dos membros superiores (CID10 G56). A empresa emitiu CAT em 08.12.2002 para percepção do auxílio-doença por acidente de trabalho (B91), fato este que perdurou até 15/05/2006. A perícia realizada (fls. 47) afirma que a lesão sofrida causou perda ou redução de sua capacidade para o trabalho. Juntou a autora, com a inicial e ao logo da instrução processual, laudos médicos dando conta da existência das moléstias e da redução da capacidade para o exercício laboral.

2. No que pertine a avaliação da prova pericial, necessário se faz a referência ao Princípio da Persuasão Racional do Magistrado ou Princípio do Livre Convencimento Motivado do Juiz. Isto significa que o julgador pode embasar suas decisões com base nas provas existentes nos autos, levando em conta sua livre convicção pessoal motivada.

3. A Lei nº 8.213/91, que trata sobre os benefícios da Previdência Social, com redação dada pela Lei nº 9.528/97. Sendo assim, demonstrada a redução da capacidade da autora/recorrida para o exercício laboral que habitualmente exercia, tem-se como razoável a concessão do benefício do auxílio-acidente na forma da Lei nº 8.213/91, com as alterações implementadas pela Lei nº 9.032/95, ou seja, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário de contribuição, **devendo ser implementado a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença acidentário.**

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo Em Reexame Necessário e Apelação nº 0330931-5, da Comarca de Recife, em que



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

figuram como Recorrente INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social e como Recorrido Sirlene Ferreira da Silva,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar** provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de *Julho* de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO Nº 0330931-5 - RECIFE
(1ª VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO)
RECORRENTE: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: ANA CARLA DE ANDRADE FERRAZ
RECORRIDO: SIRLENE FERREIRA DA SILVA
Advogado: Bruno de Albuquerque Baptista PE019805
RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria, exarada nos autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0330931-5.

A decisão questionada (fls. 160/163) negou seguimento ao Reexame Necessário, prejudicada a Apelação Cível, por entender que, diante da comprovação de redução da capacidade laborativa da autora em face de sua doença profissional, faz ela jus à concessão do auxílio-acidente no percentual de 50% sobre o salário de contribuição, devendo aquele benefício ser implementado a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença acidentário.

Aduz o Recorrente, em síntese, que o auxílio-acidente só é devido quando houver efetiva redução da capacidade para o desempenho do trabalho que vinha exercendo.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO

Senhores Desembargadores. Senhor Procurador de Justiça.

Mantenho a mesma persuasão que me norteou quando da prolação do *decisum* ora impugnado.

Consta na inicial que a autora trabalhava como costureira na empresa Vicunha Têxtil S/A. Como desempenhava atividades repetitivas ao longo do seu contrato de trabalho, desenvolveu doenças ocupacionais, a saber, sinovite e tenossinovite (CID 10 M 65) e mononeuropatias dos membros superiores (CID10 G56).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

A empresa emitiu CAT em 08.12.2002 para percepção do auxílio-doença por acidente de trabalho (B91), fato este que perdurou até 15/05/2006.

A perícia realizada (fls. 47) afirma que a lesão sofrida causou perda ou redução de sua capacidade para o trabalho.

Juntou a autora, com a inicial e ao logo da instrução processual, laudos médicos dando conta da existência das moléstias e da redução da capacidade para o exercício laboral.

No que pertine a avaliação da prova pericial, necessário se faz a referência ao Princípio da Persuasão Racional do Magistrado ou Princípio do Livre Convencimento Motivado do Juiz. Isto significa que o julgador pode embasar suas decisões com base nas provas existentes nos autos, levando em conta sua livre convicção pessoal motivada.

A análise feita pelo Juiz, após a apresentação de provas e argumentos dispostos pelas partes, atende ao mencionado princípio, enquanto permite a liberdade para decidir acerca de seu conteúdo de forma que considerar mais adequada – conforme seu convencimento – e dentro dos limites impostos pela lei e pela Constituição, dando motivação à sua decisão (fundamentação).

Neste sentido CINTRA, GRINOVER e DINAMARCO:

"O Brasil também adota o princípio da persuasão racional: o juiz não é desvinculado da prova e dos elementos existentes nos autos (quod non est in actis non est in mundo), mas a sua apreciação não depende de critérios legais determinados a priori. O juiz só decide com base nos elementos existentes no processo, mas os avalia segundo critérios críticos e racionais (CPC, art. 131 e 436)."

(1). CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel, Teoria Geral do Processo, p. 68.

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ACIDENTE DE TRABALHO - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO - APLICAÇÃO, NA ESPÉCIE - UTILIZAÇÃO DE ÚNICO LAUDO PERICIAL COMO RAZÃO DE DECIDIR, COM DISPENSA DAS DEMAIS PROVAS - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - CONCLUSÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS, IN CASU - LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL A QUO - REVISÃO DAS CONCLUSÕES DA CORTE ESTADUAL - IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA RECURSAL - ÓBICE DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - O princípio da livre apreciação da prova é um dos cânones do nosso sistema processual; II - Como consectário, não há qualquer vedação legal à utilização de único laudo pericial pelo Magistrado como razão de decidir, com dispensa das demais provas produzidas nos autos, desde que a decisão seja devidamente fundamentada; III - In casu, o Tribunal a quo levou em consideração a existência de perícia oficial produzida nos autos, e, fundamentadamente, concluiu pela inexistência de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

liame causal e de incapacidade laborativa do autor para exercício de sua atividade habitual, mantendo a sentença de improcedência da ação de indenização por danos morais e materiais; IV - Verificada a legalidade do procedimento adotado pela Corte estadual, a revisão das conclusões por ela adotadas implicaria, sem dúvida, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviabilizado pelo óbice do Enunciado n. 7 da Súmula/STJ; V - Recurso especial improvido. REsp 1107265 / SP RECURSO ESPECIAL 2008/0284615-1 Ministro MASSAMI UYEDA (1129) T3 - TERCEIRA TURMA Data do julgamento 04/03/2010 DJe 26/03/2010.

CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO ESTADUAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA PROFISSIONAL. LER/DORT. NEXO CAUSAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N. 7-STJ. PERÍCIA. VALORAÇÃO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. I. Não padece de nulidade o acórdão estadual que enfrenta fundamentadamente as questões essenciais ao deslinde da controvérsia. II. Pelo princípio do livre convencimento, o art. 145 do CPC apenas faculta ao Juiz o auxílio de um expert para a produção de necessária prova técnica, o que não se confunde com a vinculação do magistrado às conclusões da perícia. III. Firmado o entendimento das Instâncias ordinárias no contexto probatório dos autos, dele extraíndo-se a existência de nexo causal entre o trabalho desenvolvido pelo autor e o mal incapacitante, o reexame da matéria pelo STJ se vê obstado pela Súmula n. 7. IV. Recurso especial não conhecido. REsp 656125 / ES RECURSO ESPECIAL 2004/0058897-3 Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110) T4 - QUARTA TURMA Data do julgamento 15/12/2009 DJe 08/02/2010

Pelo que consta nos autos a autora é portadora de doença profissional, restando comprovado o nexo causal entre a lesão e o trabalho exercido, como também, no tocante à capacidade laborativa ficou demonstrado a redução na sua capacidade.

A Lei nº 8.213/91, que trata sobre os benefícios da Previdência Social, com redação dada pela Lei nº 9.528/97, assim dispõe no artigo 86, *in verbis*:

O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Sendo assim, demonstrada a redução da capacidade da autora/apelada/recorrida para o exercício laboral que habitualmente exercia, tanto é que a sua reabilitação decorreu no exercício da atividade de atendente administrativo (fls. 62), tem-se como razoável a concessão do benefício do auxílio-acidente na forma da Lei nº 8.213/91, com as alterações implementadas pela Lei nº 9.032/95, ou seja, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário de contribuição, **devendo ser implementado a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença acidentário.**

Esse entendimento corrobora com os diversos julgados do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte de Justiça. Se não vejamos:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. DISACUSIA. GRAU MÍNIMO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 44/STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ.

1. "A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário." (Súmula do STJ, Enunciado nº 44).

2. **O auxílio-acidente é benefício previdenciário deferido ao segurado quando, consolidadas as lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.** (grifos nossos)

3. O recurso especial, cuja pretensão se assenta em reexame de prova, tal como ocorre quando se pretende ver reconhecida a existência de nexo causal entre o infortúnio e a atividade desempenhada pelo segurado negada no acórdão recorrido, não merece conhecimento, à luz do enunciado nº 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça.

4. "Precedentes da Corte revelam que o 'juiz, sem dúvida alguma, não está vinculado às conclusões do laudo pericial; é-lhe lícito apreciar livremente a prova realizada nos autos (Cód. de Pr. Civil, arts. 436 e 131, primeira parte)'. O laudo pericial não é o único elemento de convicção do Juiz, que 'não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos (Art. 438, CPC)'." (REsp 197.906/SP, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, in DJ 6/9/99).

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 584748 / SP 2004/0015110-9
Relator(a) Min. HAMILTON CARVALHIDO (1112) T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 16/12/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 04.04.2005 p. 365).

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. ARTIGO 86 DA LEI Nº 8.213/91 EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL. MAIOR ESFORÇO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. DATA DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA.

1. **"O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia."** (artigo 86 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.528/97).

2. Na concessão do benefício previdenciário, a lei a ser observada é a vigente ao tempo do fato que lhe determinou a incidência, da qual decorreu a sua juridicização e conseqüente produção do direito subjetivo à percepção do benefício. Precedentes da 3ª Seção.

3. Para se decidir a possibilidade de conceder auxílio-acidente com fundamento exclusivo na necessidade de maior esforço, em face do advento da Lei 9.528/97, que passou a exigir, para a concessão do auxílio-acidente, a efetiva redução na capacidade para o exercício da atividade que o segurado desempenhava antes do acidente, deve-se levar em consideração a lei vigente ao tempo do acidente. 4. Em sendo o tempo do acidente anterior à vigência da Lei nº 9.528/97, é de se reconhecer o direito à percepção do auxílio-acidente em face da necessidade de maior esforço para o exercício das atividades laborativas, incidindo a Lei nº



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

8.213/91, na sua redação original, por força do princípio tempus regit actum.

5. Em regra, "(...) o auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria." (artigo 86, parágrafo 2º, da Lei nº 8.213/91).

6. Nas hipóteses em que há concessão de auxílio-doença, o auxílio-acidente é devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença.

7. Recurso improvido.

(REsp 537143 / RS 2003/0064775-3 Relator(a): Min. HAMILTON CARVALHIDO (1112) T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 27/04/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 28.06.2004 p. 432)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. REDUÇÃO PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA DO OBREIRO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. DIVERGÊNCIA DE LAUDOS PERICIAIS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO MISERO. REEXAME IMPROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91. 2. Hipótese que se amolda ao caso concreto. 3. Quando o aplicador do direito estiver diante de divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do trabalhador, deve fazer uso do princípio in dubio pro misero, aproveitando aquele que melhor lhe beneficie, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário. 4. Conforme teor da Súmula nº 111 do STJ, os honorários advocatícios apenas incidem sobre as prestações vencidas. 5. Reexame improvido. 6. Apelo prejudicado. 7. Decisão unânime.

(Apelação Cível Acórdão 146489-9 Recife 0500093038 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Julgador 8ª Câmara Cível 22/3/2007 14:00 Publicação 73)

Quanto aos honorários advocatícios, mantenho o percentual fixado de 10% sobre o valor da condenação apurado até a data da sentença, conforme o disposto na Súmula 111 do STJ, tendo em vista a razoabilidade do critério adotado, qual seja, a pouca complexidade da causa.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do recorrente infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo não provimento ao Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 03 de Julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator